

Nesta edição da *Revista de Políticas Públicas*, iniciamos a implementação de uma nova política editorial apresentada no Plano Editorial que se encontra no final deste número. Essa política orienta o processo de redimensionamento da Revista e coloca a necessidade de sua indexação internacional, tendo em vista o objetivo maior que é publicar trabalhos científicos produzidos por pesquisadores brasileiros e de outros países, quando considerados relevantes para o avanço teórico-prático das Políticas Públicas.

Inaugura-se, também, nesse ano de 2008, uma nova apresentação gráfica da Revista, quando esta, juntamente com o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, completa 15 anos.

Em relação aos textos apresentados neste volume, é importante registrar que, de diferentes modos e perspectivas analíticas, confirmam a já longa e reconhecida contribuição da *Revista de Políticas Públicas* aos estudos, pesquisas, debates, círculos acadêmicos, governamentais e militantes relacionados às políticas públicas.

Assim, os três primeiros artigos abordam os temas do Estado, da justiça social e da política. Ulisses Pereira Terto Neto, no artigo intitulado “Uma abordagem do direito fundamental de acesso à justiça como um dos elementos fundamentais da justiça social: o que baliza uma sociedade justa?”, reabre o debate sobre o direito fundamental de acesso à justiça como um dos elementos fundamentais da justiça social. Adotando como ponto de partida a formação dos ordenamentos jurídicos dos Estados nacionais, o autor, a partir de um rico conjunto de referências teóricas e históricas, indica a necessidade de uma sociabilidade democrática, justa e igualitária para o pleno exercício da dignidade da pessoa humana em conexão com a luta social pelo acesso à justiça. Apresenta como alternativa, para enfrentar a problemática da inacessibilidade aos direitos fundamen-

tais, a elaboração e implementação de políticas públicas de assistência jurídica, voltadas para a garantia do exercício pleno, irrestrito e efetivo ao direito fundamental de acesso à justiça.

O artigo de Isabela Cardoso de Matos Pinto, “Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo da política”, analisa o processo decisório nos âmbitos das políticas públicas, do Estado e dos diversos níveis de governo. Na singular análise que faz da construção da agenda da política pública, a autora privilegia o momento da tomada de decisão governamental e respalda-se no modelo elaborado por John W. Kingdon para a demarcação de dois elementos centrais e componentes desse processo: os atores envolvidos e a negociação. Mostra e problematiza ainda a importância e a necessidade do diálogo entre o referencial da teoria do ciclo da política pública com outras perspectivas teóricas que contribuam para a ampliação e enriquecimento do modelo analisado.

As relações entre Estado e Cultura desenvolvidas ao longo da História Ocidental, a legitimidade epistemológica, os limites éticos e políticos no domínio das ‘Políticas Culturais’, a indústria cultural de entretenimento submetida à lógica do mercado são os temas tratados no artigo de Maria Manuel Rocha Teixeira Batista, intitulado “Estado e cultura: o necessário conflito”.

Seguidamente, dois artigos têm, cada um ao seu modo, o trabalho e os/as trabalhadores/as como núcleos temáticos centrais de suas análises e reflexões. O primeiro, de autoria de Francisco José Lima Sales, “Desemprego, distintas modalidades de precarização do emprego e formação dos trabalhadores”, retoma a discussão sobre as implicações da atual reestruturação produtiva sobre o mundo do trabalho. A redução quantitativa da força de trabalho estável, a alteração da composição e da qualidade do emprego, uma infinidade de condições heterogêneas de tra-

balho, a escolarização e a qualificação profissional apresentadas como panacéias aos males provocados pelo desemprego são alguns dos temas que apoiam a argumentação do autor.

O segundo, intitulado “As mulheres agroextrativistas do babaçu – a pobreza a serviço da preservação do meio ambiente”, de Benjamin Alvin de Mesquita, como indica o próprio autor, busca mostrar a importância das mulheres agroextrativistas do Maranhão, especialmente as quebradeiras de coco babaçu, que, no setor agrícola, assumem uma particularidade única, não só pelo número que representam, 10% da força de trabalho da agricultura, mas também, e sobretudo, pelo papel que desempenham na preservação do meio ambiente, a favor da reforma agrária e no combate à exclusão social da qual são vítimas.

Os seis artigos que se seguem tratam da dinâmica de políticas sociais específicas. Sua exposição obedece ao critério da ordem alfabética, considerando o primeiro autor indicado no texto.

O primeiro texto desse bloco, “A política de recursos humanos em foco: um estudo a partir da visão dos profissionais do programa saúde da família”, é de autoria de Ana Paula Rocha Miranda, Patrícia Barreto Cavalcanti, Mirian A. da Silva e Claudenizia de O. Pereira. O estudo desenvolvido aborda a problemática dos recursos humanos na saúde, a partir da análise da percepção de profissionais do Programa Saúde da Família – PSF, situados no município de João Pessoa. Resulta de pesquisa documental e empírica e parte do pressuposto de que a existência de uma política de recursos humanos é condição indispensável para viabilizar uma ação profissional referenciada nas Leis Orgânicas de Saúde.

No texto seguinte, denominado “Novo (?) Modelo Assistencial de Saúde: decifra-me ou te devo-ro!”, as autoras Cláudia Santos Martiniano, Jordeana Davi Pereira, Márcia Santos Martiniano, Teresa Cristina Péret e Rosana Batista Farias Leite refletem sobre a busca de modelos assistenciais alternativos de saúde. Essa busca vem se acentuando, frente à incapacidade manifestada pelo modelo centrado na estrutura curativa e hospitalocêntrica que ainda vigora no país, apesar da configuração de um modelo contraposto a esse que se reflete no Programa Saúde da Família – PSF. Assim, a mudança desse modelo, com a efetiva incorporação da lógica do SUS, pressupõe rupturas epistemológicas, ideológicas e tecnológicas, com reflexos na formação na prática dos trabalhadores e na interação com os usuários do sistema.

O terceiro texto, “Segurança alimentar – abrangência do Programa Bolsa Família no município de Vila Velha-ES”, Jéferson Gomes Nogueira referencia-se em matrizes históricas e teóricas que explicam a questão da pobreza e da desigualdade no Brasil, para destacar a relevância desse programa, considerando os dados da realidade brasileira atual. Ressalta, porém, sua incapacidade de resolver

os graves problemas das populações para os quais se destina, já que a solução necessária demandaria uma ação de caráter mais amplo.

O quarto texto desse bloco é denominado “Uma contribuição para pensar as políticas públicas de educação: a burocracia como sujeito do processo de políticas públicas”. Sua autora, Maria de Fátima da Costa Gonçalves, enfatiza que esse sujeito social se materializa na racionalidade e na ação do Estado. Nesse sentido, constitui-se ator relevante para pensar as políticas públicas de educação. Referencia suas reflexões nas análises de autores como Marx, Engels, Weber, Skokpol e Bobbio, com especial destaque para as formulações weberianas do tipo ideal e da dominação racional legal.

O quinto artigo é de autoria de Rosana Jauczura e se intitula “Abrigo para crianças e adolescentes como medida de proteção: uma controvérsia”. Nele, a autora tenta desmistificar a dicotomia através da qual a instituição abrigo é apresentada por diferentes estudiosos do tema. Ora se acentuam os fatores sociológicos determinantes da violência contra as crianças e adolescentes, ora se consideram os fatores psicossociais que dão relevância a essa instituição como oportunidade de desenvolvimento para as crianças e adolescentes. Entende que, para responder aos seus propósitos, em uma realidade concreta como a brasileira, necessário se faz compreender o abrigo na sua perspectiva de totalidade, o que implica englobar os objetivos expressos pelos dois vetores.

No último texto desse bloco, “Agendas Internacionais, Mecanismos Institucionais e Referenciais Ideológicos”, o autor Wilson J. F. de Oliveira reflete sobre as políticas públicas de gestão ambiental, a partir do programa de expansão do plantio de eucalipto, na região sul do Rio Grande do Sul. Conclui que, na experiência particular em que o estudo se desenvolveu, verifica-se uma profunda imbricação das práticas administrativas e burocráticas de formulação e implementação de políticas, com “clivagens político-ideológicas relacionadas à dinâmica político-eleitoral e mais amplamente à esfera da política partidária”.

Esse número da Revista de Políticas é finalizado com a inclusão de uma resenha elaborada por Valéria Ferreira Santos de Almada Lima. O livro resenhado é um clássico da ciência política, cujo conteúdo aborda o processo de formação da sociedade brasileira. Trata-se da obra Caio Prado Junior “Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia”

É importante salientar que as elaborações aqui socializadas são de inteira responsabilidade de seus autores que optaram, livremente, em ceder suas produções intelectuais para enriquecer esse número da *Revista de Políticas Públicas*.

Comissão Editorial